

A República e as Letras



BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ANTÓNIO VALÉRIO MADURO
(*CETRAD – Universidade de Trás-os-Montes
e Alto-Douro*)

NAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA NA OBRA DE BASÍLIO TELES

RESUMO

A literatura sociológica e histórica de Basílio Teles insere-se na perspectiva decadentista que dominou a intelectualidade portuguesa na segunda metade do século XIX. Na esteira de Herculano, Oliveira Martins e Antero, entre outros, Basílio Teles desenvolve uma análise e reflexão historiográfica vincadamente ideológica que não só identifica os acidentes étnicos, culturais e políticos que estão na génese da crise moral e social que assola a monarquia constitucional, como avança um corpo de medidas para superar estas barreiras, a fim de garantir a coesão orgânica da sociedade, lastro essencial para viabilizar a existência da nação.

PALAVRAS-CHAVE: Nacionalismo, Decadência, Historiografia

NATION, SOCIETY AND CULTURE IN THE WORK OF BASÍLIO TELES

ABSTRACT

The sociological and literary writings of Basílio Teles are part of the Decadent movement that was dominant among Portuguese intellectual circles in the second half of the 19th century. In the wake of Alexandre Herculano, Oliveira Martins and Antero de Quental, among others, Basílio Teles developed a form of historiographical analysis and reflection that was markedly ideological. He not only identified the ethnic, cultural and political predicaments that led to the social and moral crisis of the constitutional monarchy, but also put forward a number of measures to overcome them, and thus ensure the organic cohesion of society which was essential to the continued existence of the nation.

KEYWORDS: Nationalism, Decadence, Historiography.

A matriz do pensamento de Basílio Teles ancora-se num historicismo de pendor sociológico. É na e pela interpretação histórica que concebe um diagnóstico cru do país, coloca na mesa os problemas da identidade nacional, aponta os erros genésicos, as traições a um curso esperado de grandeza, propõe soluções concretas para romper com séculos de decadência e aviva a chama do ressurgimento viril da nação.

Ao nível da concepção histórica filia-se, naturalmente, na corrente romântica que dá primazia aos povos e nacionalidades num período marcado pela afirmação do Estado-Nação e recupera uma visão idealizada e mitificada da Idade Média. Herculano arvora-se como uma referência, Basílio reconhece-lhe o feito de esventrar as raízes, plataforma indispensável para uma reflexão crítica sobre o destino comum. Contesta, todavia, a orientação da pesquisa histórica do mestre, um horizonte demasiado vinculado a um conceito de nação como “indivíduo político” e a incapacidade de extrair um propósito da história, uma arquitectura pedagógica e moral que sirva de exemplo para as futuras gerações¹. Já a Oliveira Martins reconhece o mérito e o instinto de ter sido o primeiro a detectar a fractura histórica que o século XV consolidou assinalando a transição de um país de olhos postos na terra para um país com os olhos postos no mar, mas denuncia a falta de profundidade analítica do seu pensamento, assim como as conclusões erróneas da sua síntese².

A filosofia da história que perfilha tem algo de teleológico, de expectável ou mesmo providencialista, o que choca com a sua concepção racionalista e antropocêntrica fundada no caldeirão cultural greco-latino.

A sua ideia de história convoca as massas, é um processo colectivo, que define como “(...) grandes energias sociaes em movimento”³. O grande homem solar, nesta perspectiva, é um acidente feliz na medida em que encarna e interpreta as pulsões da colectividade nacional,

¹ B. Teles, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto : Livraria Chardron, 1901, p. 329.

² B. Teles, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto : Livraria Chardron, 1901, p. 327-329.

³ B. Teles, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto : Livraria Chardron, 1901, p. 329.

o seu desejo de devir. Explicitamente afirma, numa acepção hegeliana, que em tempos de falência do espírito, traduzido aqui pelas energias anónimas que conduzem a sociedade e lhe conferem músculo e vigor, os homens providenciais fenecem, ou “(...) não existe sombra sequer de grandes homens”⁴.

O herói, na sua interpretação histórica, é secundarizado ou marginalizado pela recuperação do sistema de valores e representações da medievalidade, o que reflecte a rejeição e repulsa do modo de produção capitalista considerado social e moralmente desestruturante.

Este entendimento ideológico e filosófico da história revela um certo feito de modernidade, num autor que pode, em diferentes contextos do seu pensamento, ser considerado anti-moderno.

Na realidade, a vertente que distingue o grande homem ao conferir-lhe espessura social e estatuto de biografado, apenas é mensurável pela “(...) sua representatividade e maneira como nele se repercutem as estruturas e os movimentos globais”⁵. Para Basílio Teles, o grande homem ao representar o superior interesse do povo e da nação, surge como um catalisador do progresso e da ordem social.

Como investigador da sociedade percebe facilmente a vacuidade do facto/acontecimento dissociado de contexto ou de tela interpretativa. Argumenta que a “(...) inteligibilidade não está n’elles, não é uma virtude intrínseca, uma propriedade immanente e exclusiva; está sobretudo no espírito de quem os observa e analisa. São uma especie de texto, desordenado e incongruente, ao qual o entendimento do homem carece de comunicar um sentido, determinado e preciso. O objectivismo científico não passa d’uma illusão. Todo o saber humano é radicalmente subjectivo (...)”⁶.

A ciência assume assim uma dimensão intelectual, problemática e crítica. Na qualidade de historiador social, Basílio Teles compreende que o objecto de estudo não é um dado natural e que as hipóteses teóricas prévias que vão estruturar e orientar a pesquisa são indispensáveis. Neste quadro, as teorias são encaradas como organizações de ideias,

⁴ B. Teles, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto : Livraria Chardron, 1901, p. 330.

⁵ J. Mattoso, *A Escrita da História*, Lisboa : Editorial Estampa, 1989, p. 60.

⁶ B. Teles, *Carestia da vida nos campos: cartas a um lavrador*, Porto : Livraria Chardron, 1904, p. 101.

modelos explicativos da realidade. O conhecimento assume-se nesta linha como algo de efémero, indissociável da consciência social dos seus conceptores.

Sem a lente da ciência social não se pode compreender o presente e projectar o devir. Basílio Teles percebe lucidamente que são as ideias que dirigem e transformam o mundo.

O esforço tenaz que devora passo a passo a vida deste homem consiste em retirar o país da atmosfera lodosa, da crise social e moral em que a monarquia lançou por inépcia a nação. Não está sozinho nesta demanda, segundo Eduardo Lourenço, a ideia de crise de identidade, de auto-imagem traumática acoosou a maioria dos intelectuais do século XIX⁷.

Antero de Quental nas *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares* (mais um contramito ou mito negativo na interpretação de António José Saraiva ocupando o espaço em branco deixado pelo esvaecente mito da cruzada⁸) já tinha identificado as razões prioritárias para a anemia e atonia do corpo social. Referenciava três ordens de factores de natureza moral, política e económica, nomeadamente o papel do Concílio de Trento que trouxe à Igreja Católica uma feição centralizada, autoritária e repressiva, a vitória do absolutismo com a consequente ruína do municipalismo, o rumo dos descobrimentos que não só sangrou a nação dos melhores filhos como desviou o olhar das artes produtivas⁹.

A análise social que produz não é muito distante da realizada por Antero, mas para Basílio não basta possuir um escopo analítico aguçado e produzir um inventário mais ou menos enciclopédico de causas e efeitos, é necessário repudiar a noção de fatalismo activo com as armas da razão e da acção¹⁰. A sua obra expressa essa obsessão, todos os seus escritos apontam numa linha recta bramando em coro pela salvação da pátria.

⁷ E. Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1992, p. 24.

⁸ V. Jabouille, *Do Mythos ao Mito. Uma introdução à problemática da mitologia*, Lisboa : Edições Cosmos, 1993, p. 74-75.

⁹ A. Quental, *Causas da decadência dos Povos Peninsulares*, Ulmeiro, 1994, p. 30.

¹⁰ M. Machado, *O Pensamento Político Social e Económico de Basílio Teles*, Lisboa : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008, p. 197.

Na sua objectiva o desnorte do país emerge com a revolução de 1383-85, uma vitória extemporânea e desnacionalizadora da economia mercantilista¹¹. Trata-se, na prática, do abandono de uma monarquia agrária pautada pela constância e solidez, de um povo ligado de corpo e espírito aos frutos da terra, promessa de futuro hipotecada pelo sonho vão de uma talassocracia marítima¹².

É a vitória do efêmero sobre o perene, do inculto sobre o produtivo, do tráfico sobre a terra, do despotismo centralista sobre a organização cooperativa dos povos, do individualismo liberal e egoísta sobre a vontade colectiva.

“Quem vencem, afinal, e triumpham são Alvaro Paes e João das Regras, o burguez e o gran-doctor, o mercantilismo e o centralismo, de mãos dadas, exclusivistas, extenuantes, absorventes. O primeiro susta o desdobramento regular das populações campezinas e o arroteamento progressivo do maninho ou pelo menos embaraça-os – até hoje! Na metade austal do paiz; o segundo, implantando o novo Direito Público cesarista, impede a ultimação do trabalho organico municipalista, que era o nervo da nação, e acaba por extinguir por completo as preciosas autonomias locais. Um e outro desvirtuam, sem aliás pensarem na obra destruidora que emprenhiam, o Portugal authentic, o unico Portugal verdadeiro, enfraquecendo a sua individualidade forte, abafando a sua originalidade nativa”¹³.

Mas esta inversão de rumo aparentemente aleatória ou acidental deve-se, na sua ideia, à poluição étnica e cultural que a acção da Reconquista aportou à raça lusitana. A miscigenação e as relações sociais e culturais de semitas com arianos terão, na sua óptica, deitado tudo a perder. Se os arianos eram probos, lavradores e patriotas, os semitas viviam do comércio e do ócio. “O Portugal do Sul, mosarabe, burguez, mercantil, cosmopolita e allucinado, reduz á subalternidade – para seculos! – o Portugal do Norte, o aryano, guerreiro, agricultor, nacionalista, ponderado e de tradições solidárias¹⁴”.

¹¹ A. Almodovar, “O Pensamento Económico de Basílio Teles (1856-1923) – algumas notas de leitura”, in *150 anos do nascimento de Basílio Teles*, FLUP/FCT, 2007, p. 58.

¹² Veja-se: J. Sobral, “O Norte, o Sul, a raça, a nação” – representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)”, in *Análise Social*, vol. XXXIX, 171, 2004, p. 261.

¹³ B. Teles, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto : Livraria Chardron, 1901, p. 21.

¹⁴ B. Teles, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto : Livraria Chardron, 1901, p. 29.

A sua análise histórica e social é, como vemos, permeável a uma leitura étnica, conjuga, aliás, os frutos da escola etnológica com a escola social e histórica, conciliando, com alguma originalidade, as perspectivas de Teófilo Braga e de Oliveira Martins¹⁵. O impuro é o outro, no sangue e na alma, e o risco mais temido é o da transformação, da metamorfose de uma nação. O elemento rácico é que aliena e conspurca a seiva nacional, agora caldeada “com o lixo da Asia e da Africa e com o peor refugo da Europa...”¹⁶. Os descobrimentos apenas maximizaram o drama, dado que o soltar amarras do solo pátrio implica um tríplice afrontamento, com o eu, com o outro e com os espaço, o que resulta numa desfiguração da identidade¹⁷. Esta partida não só física como simbólica funda um novo ciclo mítico, uma nova forma de ler o mundo.

A cruzada militar que a reconquista protagonizou alargando os horizontes territoriais e facilitando a sementeira dos povos acaba indirectamente por constituir o túmulo do sentimento nacional. A mudança dos decisores e a aposta na gesta dos descobrimentos origina uma dualidade fracturante na nação, clivagem que se repercute duradouramente nos séculos. A sua tese é clara e cruel: “(...) a nação ficou incompleta, por formar, uma na lingua e no sólo, dupla na raça e na alma; por isso a sua historia scinde-se em duas phases, se chronologicamente coherentes, visceralmente heterogeneas – medieva, rural, militar e crente; moderna, commercial, aventureira e sceptica: vontade, rudeza e reflexão ao norte; fraqueza, polidez, imaginação ao sul; n’uma palavra – caracter d’um lado, emotividade do outro”¹⁸.

De agora em diante a nação abdicou de si mesma. “O pão, em vez de se arrancar á terra gradualmente arroteada por longos e persistentes esforços, terá de ser agora importado do estrangeiro em troca das preciosas inutilidades de um systema de commerciar, difficil de distinguir d’uma simples pirataria collectiva, irá buscar ás paragens remotas do Oriente. Lavrar, para quê? se, melhor do que o arado, sabia a quilha

¹⁵ A. Saraiva, *Para a História da Cultura em Portugal*, vol I, Lisboa : Livraria Bertrand, 1964, p. 230-231.

¹⁶ B. Teles, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto : Livraria Chardron, 1901, p. 55.

¹⁷ Veja-se: A. Margarido, “Prefácio”, in Teixeira de Pascoaes, *O Bailado*, Lisboa : Assírio & Alvim, 1987, p. XX-XXI.

¹⁸ B. Teles, *O Problema Agrícola*, Porto : Livraria Chardron, 1899, p. 147.

d'um navio rasgar com menor fadiga e tempo a carreira da fortuna? O que se segue é perfeitamente inútil referi-lo aqui com minudencia: hypertrophia commercial; anemia da lavoura; rareamento das populações robustas, sacrificadas á vertigem; introdução de novas massas de povileu inferior, e até selvagem; dissolução de costumes; abastardamento de character; e, por inevitavel epilogo a ruina”¹⁹.

A alternativa era evidente e num curioso exercício de história contrafactual, simula apagar o registo da nefasta revolução burguesa e evidenciar os efeitos gloriosos desse apagão histórico.

“Em vez do relato de uma aventura de mercadores, liquidada por um tremendo desastre, seria a narrativa d’uma grande empresa civilizadora, conduzida por um povo rural e marítimo, bellamente equilibrado, robusto e intrepido, e ainda n’este instante proseguida com a mesma tranquilla actividade”²⁰.

A reflexão histórica está acabada e pode-se afirmar que Basílio é um convicto das suas próprias ideias, a sua história habita ao nível da epiderme, alimenta-se de um idealismo proselitico que tem a salvação da pátria como finalidade. O futuro passa a perspectivar-se pela objectiva do passado. E nesta dimensão o pensamento de Basílio Teles é profundamente retrógrado. Este homem vítima de uma clausura epistemológica, convoca através da ciência a força do mito, mostrando-se seriamente avesso ao ventos da mudança que a industrialização e o comércio internacional, em suma a globalização económica capitalista anunciavam. Contra a fúria dos tempos esgrime a calmia do labor rotineiro e infinito da terra, a única forma de manter o Portugal invicto e impoluto.

O retrato do Portugal oitocentista apenas evidencia a acentuação da decadência, a vergonha da governação, o poder dissoluto do regime. O desmantelamento do Antigo Regime transporta mudanças mas não consegue resolver a situação crónica de atraso nem consente a Portugal a descolagem de uma situação semi-periférica no tabuleiro europeu. Basílio Teles reconhece o papel de um homem como Mousinho para libertar a terra dos vínculos senhoriais, para agilizar o comércio de excedentes, para proteger e estimular a produção nacional, para criar riqueza nacional numa altura em que o Brasil se tinha emancipado da tutela

¹⁹ B. Teles, *O Problema Agrícola*, Porto : Livraria Chardron, 1899, p. 26-27.

²⁰ B. Teles, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto : Livraria Chardron, 1901, p. 56

colonial. Mas a monarquia constitucional apenas fragiliza e acentua a dependência da nação. Politicamente vinga um modelo de liberalismo oligárquico determinado pela carta constitucional de 1826 e, na economia, o privilégio do vinho nas relações de comércio externo atrofia a industrialização incipiente. Com o período da Regeneração, baptizado por Oliveira Martins, com o “nome português do capitalismo”, Portugal apresenta-se, cada vez mais, como um satélite da poderosa Grã-Bretanha. O rotativismo monárquico assinala o estertor do regime e revela a incapacidade de se reformar. Os republicanos abraçam as comemorações históricas e nacionalistas do tricentenário de Camões (1880) e do Marquês de Pombal (1882) para fragilizar a monarquia, restaurar o valor da pátria e angariar apoios para a causa.

O mundo transforma-se em passo rápido. Com a Conferência de Berlim as potências definem um novo direito internacional que vai prefigurar uma nova ordem. O *Ultimatum* Britânico de 11 de Janeiro de 1890 é a dura sapatada que acorda o clarim da revolta na classe intelectual portuguesa. O ressurgimento de Portugal dependia, mais do que nunca, do desaparecimento físico e moral da Monarquia, daí colocar-se a questão do regime político acima de todas as outras.

Basílio Teles reconhece que não possível salvar a pátria de uma morte anunciada sem a justa deposição das estruturas políticas e jurídicas da monarquia. Mas no âmago do seu pensamento a questão política é subalternizada. A centralidade da sua reflexão e discurso tem como eixo dialéctico a resolução das contradições económicas e sociais da nação.

A sua visão é a de um nacionalismo agrário redentor. A sedimentação da ideia nacional só se pode fazer com o povo irmanado com a propriedade. Divorciando as populações da terra abdica-se do que é magmático, enfraquece-se a coesão da sociedade, hipoteca-se o sustento das gerações, dilui-se o carácter e a moral, sangra-se o território dos seus melhores filhos, em suma, extingue-se o génio e a razão da nação.

“Persistir (...) na mesma orientação governativa quando da orbe já nada resta a descobrir, é que se nos affigura, não só erro, mas loucura rematada; e é seguir precisamente n’essa linha, ter sómente olhos para o utilitarismo mercantil, e esquecer, ou provêr de insignificantes remédios um problema capital da agricultura”²¹.

²¹ B. Teles, *O Problema Agrícola*, Porto : Livraria Chardron, 1899, p. 24.

A ruralidade é para Basílio a chave da nacionalidade. Escudado na sua interpretação particular da história e nos seus postulados morais e cívicos, revela uma perspectiva estática da sociedade campesina, representação idílica que os obreiros ideológicos do Estado Novo tanto acalentaram.

Mas a função nacionalizadora da terra restringe-se à pequena propriedade²². Só esta pode corresponder a este desígnio grandioso, ao garantir a sobrevivência da família, célula primária da sociedade, ao equilibrar a população no território, ao assegurar a autarcia económica, ao moralizar a distribuição de recursos e rendas, ao morigerar os costumes e dar temperança aos espíritos.

No mapeamento cultural, Basílio é um herdeiro da doutrina fisiocrática ao proclamar a superioridade da terra sobre as outras fontes de trabalho. Não está isolado no seu tempo e a recepção e influência dos seus textos vão repercutir-se em cadeia, à laia de testamento, em homens como Ezequiel de Campos.

A solução para a privação de grão e para os excedentes demográficos do Minho a rebentar pelas costuras, encontravam-se nos extensos incultos do Alentejo. Desde Severim de Faria que se insiste nesta tese amplamente difundida pelos tratadistas da Academia Real de Ciências²³, edificando-se a mitologia da planície alentejana como o celeiro de Portugal²⁴.

Aludindo ao corredor de incultos que negam à nação pão e trabalho e, em último caso, viabilidade de existir, interroga-se:

“É o nosso Alentejo não será também, em grande parte, um solo virgem? Não estará ainda, com as suas planuras em mattagal, no regimen de propriedade e no estadio de civilização em que se encontram, ao presente, as pampas da Argentina, as *cuchilhas* do Uruguay, a *campanha* do Rio grande do Sul? A herdade é, porventura, muito diferente da estancia e o gaúcho não será primo co-irmão do campino do ribatejo”²⁵.

²² Veja-se: F. Medeiros, “Capitalismo e pré-capitalismos nos campos em Portugal, no período entre as duas guerras”, in *Análise Social*, vol. XII, 2.º, 1976, p. 311.

²³ Veja-se: M. Almeida, *A Reforma Agrária em Avis: Elites em mudança num Concelho Alentejano (1974-1977)*, Lisboa : ISCTE, 2007, p. 36.

²⁴ Veja-se: F. Medeiros – “Grupos domésticos e *habitat* rural no Norte de Portugal – o contributo da escola de Le Play, 1908-34”, in *Análise Social*, vol. XXIII, 95, 1987, p. 97-98.

²⁵ B. Teles, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto : Livraria Chardron, 1901, p. 275-276.

As descobertas e a expansão colonização acabaram no mundo para renascer no ubérrimo ventre de Portugal – o Alentejo. Só assim se pode extinguir a dualidade física e moral da nação. A distribuição das terras vagantes do Sul não têm apenas um suporte produtivo, Teles idealiza a difusão do municipalismo indispensável para criar uma consciência de cidadania, assegurando o bom governo dos povos e cimentando a alma nacional.

A continuidade do latifúndio tem portanto um sentido desnacionalizador porque entorpece a vitalidade da nação. Daqui só se podem esperar males económicos e sociais, que, aliás, Basílio Teles enumera exaustivamente (saliente-se a carência de cereais base da organização e manutenção da sociedade, o aniquilamento da “família rústica” esvaziada pelo êxodo migratório, o entrave à progressão sadia da população e sua distribuição equilibrada no espaço nacional, a perpetuação de uma oligarquia rural demasiado próxima do Antigo Regime)²⁶. Num esforço de futurologia política com um certo pendor escatológico chega a vaticinar a ocorrência de *jacqueries* de dimensão épica se o Brasil, escoauro natural das gentes do norte de Portugal, decidisse interromper esta válvula de segurança²⁷.

Basílio Teles conhece e compreende o alfobre minhoto muito melhor do que os seus contemporâneos, nomeadamente que Oliveira Martins, apercebe-se das estratégias camponesas para superar a pulverização da propriedade decorrente das alterações do regime sucessório com o Código Civil de 1867²⁸. Dedicar, aliás, nas suas obras ampla reflexão sobre este assunto. Mas isso não o impede de investigar a di-

²⁶ B. Teles, *O Problema Agrícola*, Porto : Livraria Chardron, 1899, p. 190-191.

²⁷ B. Teles, *Carestia da vida nos campos: cartas a um lavrador*, Porto : Livraria Chardron, 1904, p. 271-272.

²⁸ Veja-se: M. Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa : Editorial Presença, 1988, p. 96-98; F. Medeiros, “Grupos domésticos e *habitat* rural no Norte de Portugal — o contributo da escola de Le Play, 1908-34”, in *Análise Social*, vol. XXIII, p. 95, 97-99, (1987), p. 106-110; E. Freitas; J. Almeida; M. Cabral, “Capitalismo e classes sociais nos campos em Portugal”, in *Análise Social*, vol. XII, p. 45, (1976), p. 53-54; R. Rowland, “Emigração e Contexto”, in J. Serrão; M. Pinheiro; M. Ferreira (org.), *Desenvolvimento Económico e Mudança Social. Portugal nos últimos dois séculos Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p. 399-401.

menção da propriedade limite, isto é o torrão indispensável para nutrir uma família.

Para os homens da República o conceito de democracia confunde-se com a propriedade plena da terra, por mais exígua que seja, numa acção morigeradora da alma popular.

É paradigmática a leitura que faz o Ministro da Justiça do I Governo Constitucional:

“Basta reparar para o excesso da propriedade entre nós. Vê-se que se argue o Minho de reduzir a propriedade a limites muito pequenos, mas não me parece que isso seja um mal porque, desde a metade do ultimo seculo, a população progride e a progressão de uma raça não significa a sua depressão.

Mas quando esse mal fosse muito grande - deixe me V. Exa. falar com aquella expansão que todos attribuem aos peninsulares, ainda que o proprietario ficasse reduzido ao minimo da terra essa propriedade sempre chegaria para uma migalha.

A propriedade é a primeira característica, o primeiro estímulo da liberdade do cidadão. A subdivisão da propriedade dispersa, fã-la chegar ás mãos de todos.

Nós temos hoje em Portugal 700:000 predios proporcionalmente mais do que a Itália, e o resultado é a democracia rústica portuguesa através dos seculos resistir ao despotismo, é em Portugal não haver as grandes crises agricolas características dos países sujeitos ao regime da grande propriedade, como nós as vemos em proporções muito reduzidas na parte do nosso país onde ha o latifundio”²⁹.

A incompreensão dos tempos modernos chega a ser chocante nas obras deste publicista. O idealismo de Basílio, como sinónimo de patriotismo, vive de uma contenção das estruturas sociais que raia a pretensão do imobilismo. No seu espírito a reforma do regime de propriedade só pode fazer-se através de um parcelamento do latifúndio, o único caminho viável para travar a letal disseminação de dois males correlativos: “(...) o tumor capitalista e a ulcera do salariado”³⁰.

²⁹ Assembleia da República, *Diário da Câmara dos Deputados*, 9, 8 de Setembro de 1911, p. 4.

³⁰ B. Teles, *Carestia da vida nos campos: cartas a um lavrador*, Porto : Livraria Chardron, 1904, p. 267-268.

A autarcia económica é um fim em si mesmo, os excedentes ou “sobras” apenas um ganho. Optar por outro modelo de exploração da terra, é abrir as portas ao que intitula depreciativamente de “lavoura de manicómio”. Na *Introdução ao Problema do Trabalho Nacional*, expressa de forma lapidar a rejeição primária da intrusão do modo de produção capitalista nos campos: “Lavoura industrial, n’um paiz agrícola que não produz o pão necessario para comer, de finanças estragadas, e dirigido por inconscientes, quando não são ao mesmo tempo malevolos, não é apenas a ruina das verdadeiras industrias: é o descalabro de tudo”³¹.

A vitória da República não trouxe a consagração da sua utopia. Pelo contrário, a necessidade de financiamento do regime político emergente leva a uma oneração da propriedade rústica com o decreto de 4 de Maio de 1911.

Até a emigração identificada por Basílio Teles como um motor da decadência nacional, podia para pragmáticos, como Afonso Costa, servir de remédio à debilidade financeira da nação. Pois como apregoa: “Não é o fenómeno em si que é mau; antes, de dentro da desgraça colectiva que a faz multiplicar, a emigração tem ainda virtude de trazer ao organismo nacional o alento das remessas de ouro de Brasil”³².

A República tanto ambicionada acaba por revelar-se uma profunda e íntima decepção. A sua literatura goza de crédito entre alguns sectores intelectuais, mas as propostas conducentes à restauração de Portugal não são aceites pelo corpo político da nação, inutilizando todo o curso de uma vida. Revoltado, isola-se da vida política recusando quaisquer mercês do regime que ajudou a elevar.

Em elogio fúnebre, o deputado Pina de Moraes traça, na sessão parlamentar de 12 de Março de 1923, o perfil do batalhador republicano:

“Basílio Teles apareceu na sociedade portuguesa num momento de hesitação. Finalizando em discussões estéreis as teorias herdadas da Revolução (vintista), Oliveira Martins deixou a política entre vagas

³¹ B. Teles, *Introdução ao Problema do Trabalho Nacional*, Porto : Livraria Chardron, 1901, p. 61.

³² M. Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa : Editorial Presença, 1988, p. 259.

intenções imperialistas e Herculano inutilizava-se, embora trabalhando no seu isolamento, para as orientações que a vida nacional ansiava.

Não tinha um período de repouso, de indiferença. Basílio aparece com um corpo de doutrina completo, com os problemas estudados, tornando-se o eixo de todos os movimentos democratas que se architectaram (...). A forma por que nós temos de homenagear Basílio (...) é prestigiar a República para que dela surta o que o País espera”³³.

³³ Assembleia da República, *Diário da Câmara dos Deputados*, 49, 12 de Março de 1923, p. 15.

Bibliografia

- A. Margarido, “Prefácio”, in T. Pascoaes, *O Bailado*, Lisboa : Assírio & Alvim, 1987, p. XX-XXI.
- A. Almodovar, “O Pensamento Económico de Basílio Teles (1856-1923) – algumas notas de leitura”, in *150 anos do nascimento de Basílio Teles*, FLUP/FCT, 2007, p. 55-64.
- A. Almodovar, “Basílio Teles (1856-1923)”, in J. Cardoso (coord) *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*, Lisboa : Temas e Debates 2001) 328-331.
- A. Saraiva, *Para a História da Cultura em Portugal*, vol I, Lisboa : Livraria Bertrand, 1964.
- B. Teles, *O Problema Agrícola*, Porto : Livraria Chardron, 1899.
- B. Teles, *Introdução ao Problema do Trabalho Nacional*, Porto : Livraria Chardron, 1901.
- B. Teles, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto : Livraria Chardron 1901.
- B. Teles, *Carestia da vida nos campos: cartas a um lavrador*, Porto : Livraria Chardron, 1904.
- C. Malpique, “O Duelo do Arado e da Quilha”, in Separata de *Boletim Trabalhos Históricos*, 37, 1986.
- E. Freitas; J. Almeida; M. Cabral, “Capitalismo e classes sociais nos campos em Portugal”, in *Análise Social*, vol. XII, 45, 1976, p. 41-63.
- E. Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1992.
- F. Medeiros, “Capitalismo e pré-capitalismos nos campos em Portugal, no período entre as duas guerras”, in *Análise Social*, Vol. XII, 2º, 1976, p. 288-314.
- F. Medeiros – “Grupos domésticos e *habitat* rural no Norte de Portugal – o contributo da escola de Le Play, 1908-34”, in *Análise Social*, vol. XXIII, 95, 1987, p. 97-116.
- J. Reis, *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica 1850-1930*, Lisboa : INCM, 1993.
- J. Serrão, *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa*, Lisboa : Livros Horizonte, 1976.
- J. Serrão, “Notas sobre emigração e mudança social no Portugal Contemporâneo”, in *Análise Social*, vol. XXI, 87-88-89, 1985, p. 995-1004.

- J. Pais; A. Lima; J. Baptista; M. Jesus; M. Gameiro – Elementos para a história do fascismo nos campos: A «Campanha do Trigo»: 1928-38”, in *Análise Social*, vol. XIV, 54, 1978, p. 321-389.
- J. Sobral, “O Norte, o Sul, a raça, a nação” – representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)”, in *Análise Social*, vol. XXXIX, 171, 2004, p. 255-284.
- J. Mattoso, *A Escrita da História*, Lisboa, Editorial Estampa, 1989.
- L. Amaral, “Portugal e o Passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973)”, in *Análise Social*, vol XIX, 128, 1994, p. 889-906.
- M. Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa : Editorial Presença, 1988.
- M. Almeida, *A Reforma Agrária em Avis: Elites em mudança num Concelho Alentejano (1974-1977)*, Lisboa : ISCTE, 2007.
- M. Machado, *O Pensamento Político Social e Económico de Basílio Teles*, Lisboa : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008.
- A. Marques, *A Primeira República Portuguesa*, Lisboa : Livros Horizonte, 1980.
- M. Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa : Sá da Costa Editora, 1983.
- P. Lains, *A Economia Portuguesa no Século XIX*, Lisboa : INCM, 1995.
- P. Lains, “História e crítica da tese da dependência”, in J. Serrão; M. Pinheiro; M. Ferreira (org.), *Desenvolvimento Económico e Mudança Social. Portugal nos últimos dois séculos Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p. 37-48.
- R. Rowland, “Emigração e Contexto”, in J. Serrão, M. Pinheiro; M. Ferreira (org.), *Desenvolvimento Económico e Mudança Social. Portugal nos últimos dois séculos Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p. 393-403.
- V. Jabouille, *Do Mythos ao Mito. Uma introdução à problemática da mitologia*, Lisboa : Edições Cosmos, 1993.
- V. Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa : Editora Arcádia, 1980.